

EVOLUÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE AFASTAMENTO POR TRANSTORNOS RELACIONADOS AO ESTRESSE NO TRABALHO EM MINAS GERAIS ENTRE 2015 E 2024

Auane de Lima Paiva¹
Laura de Oliveira Veloso do Carmo²
Cíntia Mendes de Assis³

cintiamendes0411@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

Os Transtornos Mentais e Comportamentais são caracterizados como condições clinicamente significativas, nas quais estão presentes alterações do modo de pensar e do humor (emoções) e comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento. Nos últimos anos, especialmente após o início da pandemia de Covid-19, os transtornos mentais e comportamentais vêm ganhando crescente destaque no debate sobre saúde pública, com ênfase nos impactos causados pelo estresse, ansiedade e outras manifestações psicossociais no ambiente de trabalho. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a evolução das notificações por transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48), no estado de Minas Gerais no período de 2015 a 2024. Trabalhos como este são importantes para ampliar a compreensão sobre a relevância da Psicologia no ambiente do trabalho, evidenciando a necessidade da presença desse profissional para garantir um espaço mais saudável, acolhedor e promotor de bem-estar emocional. Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Os dados utilizados foram extraídos do DATASUS, do Ministério da Saúde, especificamente pela plataforma TABNET, que reúne notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho. Foram notificados 10.407 casos de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas entre 2015 e 2024. Diante dessa perspectiva, torna-se fundamental a estruturação de cuidados psicossociais eficazes no ambiente ocupacional, com base nos dados apresentados, bem como na observação dos direitos garantidos pela legislação trabalhista brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: transtornos mentais; saúde do trabalhador; notificação compulsória.

1 INTRODUÇÃO

O absenteísmo no ambiente de trabalho representa um desafio significativo para as organizações, gestores e colaboradores. Sua ocorrência provoca interrupções

¹ Acadêmica do curso de Psicologia – Centro Universitário Vértice – Univértix

² Acadêmica do curso de Psicologia – Centro Universitário Vértice – Univértix

³ Professora do curso de Psicologia – Centro Universitário Vértice – Univértix

nos processos produtivos, exige a redistribuição das tarefas e acaba gerando sobrecarga entre os demais membros da equipe, resultando em queda de produtividade e impactos negativos no desempenho geral da instituição (Barbieri; Cheade; Santi, 2018).

As faltas ao trabalho, na maioria das vezes, podem indicar a existência de problemas relacionados à saúde do trabalhador. E apesar das melhorias nas condições gerais de saúde da população mundial ao longo dos últimos 100 anos, os afastamentos do trabalho por motivo de doença têm crescido nos países industrializados desde a década de 1950. Esse aumento gera impactos significativos, resultando em elevados custos para as economias ao redor do mundo (Barbieri; Cheade; Santi, 2018). No Brasil, estima-se que milhões de pessoas sofrem com depressão e transtornos relacionados à ansiedade, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Além dos impactos significativos na saúde dos indivíduos, esses distúrbios contribuem para a perda de bilhões de dias de trabalho por ano, gerando um prejuízo de quase 1 trilhão de dólares para a economia mundial (OMS, 2022).

Os Transtornos Mentais e Comportamentais são caracterizados como condições clinicamente significativas, nas quais estão presentes alterações do modo de pensar e do humor (emoções) e comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento (OMS, 2022).

Segundo Pimenta *et al.* (2024), os Transtornos Mentais e Comportamentais Relacionados ao Trabalho (TMCRT) correspondem a diversos diagnósticos presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Desde 1999, são oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Além disso, fatores relacionados ao trabalho podem impactar a saúde mental dos trabalhadores, por exemplo, a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, a formas de organização do trabalho e políticas de gestão que não atentam aos limites físicos e psíquicos do trabalhador.

O adoecimento impacta diretamente a força de trabalho economicamente ativa, reduzindo sua produtividade e gerando custos significativos para o Estado. Além disso, contribui para processos de exclusão social, o que intensifica o sofrimento crônico dos indivíduos adoecidos e perpetua um ciclo de desgaste. Contudo, é notório que as ausências frequentes no ambiente de trabalho podem indicar a necessidade de recuperação diante das tensões ocupacionais, sendo que afastamentos

prolongados podem sinalizar a presença de problemas mais sérios (Cardoso; Araújo, 2016).

A recente atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), por meio da Portaria MTE nº 1.419/2024, incluiu formalmente os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR), exigindo das empresas não apenas a identificação de fatores como assédio, sobrecarga e estresse crônico, mas também a adoção de medidas efetivas de prevenção e cuidado. Tal regulamentação impõe às organizações de diversos setores o desafio de repensar suas práticas relacionadas à saúde mental no trabalho, incentivando a superação de ações simbólicas em prol de uma cultura de cuidado genuíno. No entanto, sua efetividade depende de aspectos como a capacidade técnica das instituições, o comprometimento das lideranças, a clareza dos mecanismos de compliance e o suporte institucional à sua implementação (Menezes, 2024).

Nos últimos anos, especialmente após o início da pandemia de Covid-19, os transtornos mentais e comportamentais vêm ganhando crescente destaque no debate sobre saúde pública, com ênfase nos impactos causados pelo estresse, ansiedade e outras manifestações psicossociais no ambiente de trabalho. Os transtornos neuróticos, classificados sob os códigos F40 a F48 da CID-10, englobam uma série de condições que afetam de forma significativa a qualidade de vida dos indivíduos e sua produtividade, sendo muitas vezes subnotificados ou negligenciados nos serviços de saúde (Silva; Caveião, 2016).

No estado de Minas Gerais, o monitoramento dessas notificações é essencial para compreender a realidade dos trabalhadores, identificar os períodos de maior incidência e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à saúde mental ocupacional. A análise de tendências temporais pode revelar padrões importantes, como picos relacionados a crises sanitárias, alterações econômicas ou transformações no mercado de trabalho. Dessa forma, este estudo se justifica pela necessidade de conhecer a dinâmica das notificações por transtornos neuróticos relacionados ao estresse no período de 2015 a 2024, contribuindo com dados concretos para o planejamento de ações preventivas, estratégias de acolhimento psicológico e fortalecimento da vigilância em saúde mental no âmbito do SUS e da saúde do trabalhador (Cardoso; Araújo, 2016).

Contudo, tem-se a seguinte questão norteadora: qual a evolução das notificações por transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas Gerais entres os anos de 2015 e 2024?

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a evolução das notificações por transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48), a fim de compreender a realidade da saúde mental dos trabalhadores e subsidiar ações de prevenção e promoção do bem-estar no ambiente ocupacional.

Trabalhos como este são importantes para ampliar a compreensão sobre a relevância da Psicologia no ambiente do trabalho, evidenciando a necessidade da presença desse profissional para garantir um espaço mais saudável, acolhedor e promotor de bem-estar emocional. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes no cuidado com a saúde mental dos trabalhadores. A partir dessa reflexão, espera-se que as organizações e gestores passem a valorizar ainda mais o cuidado psicológico no ambiente laboral, promovendo ações que minimizem os fatores de risco psicossociais e incentivem o cuidado contínuo com a saúde mental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Transtornos Mentais e Comportamentais têm se consolidado como uma das principais causas de afastamento do trabalho no Brasil, especialmente devido ao impacto significativo que exercem sobre a saúde e a funcionalidade dos trabalhadores. Essas condições muitas vezes estão associadas a estressores psicossociais no ambiente laboral, que resultam em absenteísmo prolongado e queda na produtividade. Estudos evidenciam que episódios como depressão e ansiedade são responsáveis por uma parcela expressiva dos afastamentos registrados entre servidores públicos e profissionais da saúde, apontando para a necessidade urgente de políticas de prevenção e cuidado em saúde mental nos espaços de trabalho (Costa, 2015).

A sobrecarga de trabalho, aliada à escassez de recursos humanos e à rigidez nas estruturas organizacionais, tem contribuído significativamente para o aumento dos afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos federais. Entre 2015

e 2024, observou-se uma média anual de 215 afastamentos por motivos de saúde mental, sendo a depressão e a ansiedade os diagnósticos mais prevalentes. Essas condições são frequentemente exacerbadas por fatores como a dificuldade de mobilidade entre equipes e a pressão decorrente da falta de reposição de pessoal (Sindfesp, 2024).

Os Transtornos Mentais e Comportamentais representam uma parcela significativa dos afastamentos no serviço público, como evidenciado por estudo realizado no Tocantins, onde 29,2% dos afastamentos registrados foram atribuídos a essas condições. Essa estatística ressalta a necessidade de políticas públicas eficazes que abordem não apenas os custos financeiros associados ao absenteísmo, mas também os impactos humanos e sociais decorrentes do adoecimento mental dos trabalhadores (Leão *et al.*, 2015).

Durante a pandemia de Covid-19, os agentes comunitários de saúde enfrentaram desafios adicionais que impactaram sua saúde mental. Estudo conduzido em Minas Gerais identificou prevalências elevadas de ansiedade (41,8%) e depressão (31,6%) entre esses profissionais, associadas a fatores como excesso de trabalho, insuficiência de equipamentos de proteção individual e responsabilidades ampliadas no contexto pandêmico (Fernandes *et al.*, 2023).

A dependência de substâncias psicoativas tem sido uma causa relevante também de afastamentos por transtornos mentais. O uso de álcool e outras drogas compromete a capacidade funcional dos trabalhadores, levando a quadros de desorganização, aumento do absenteísmo e dificuldades no cumprimento das tarefas laborais. Esses fatores evidenciam a necessidade de intervenções específicas voltadas para a prevenção e o tratamento da dependência química no ambiente de trabalho (Silva, 2020).

Além disso, dados apontam que as mulheres são desproporcionalmente afetadas, representando 65,8% dos afastamentos por transtornos mentais. A faixa etária entre 35 e 49 anos também se destaca como a mais vulnerável, refletindo as pressões e exigências do auge da vida profissional (Shimaoka *et al.*, 2023).

Para compreender esse fenômeno, modelos teóricos como o Demanda-Controle-Apoio Social (DCA) e o Desequilíbrio Esforço-Recompensa (DER) são amplamente utilizados. Esses modelos explicam como os fatores psicossociais no ambiente de trabalho, como alta demanda, baixo controle sobre as tarefas e ausência

de apoio social, podem levar ao adoecimento mental (Silva; Fischer, 2015). Segundo Brito e Rimes (2023), a exposição constante a estressores ocupacionais está associada ao desenvolvimento de sintomas como ansiedade, depressão, insônia e alterações no comportamento social e emocional.

O impacto econômico desse adoecimento também é relevante. Em 2024, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gastou quase R\$ 3 bilhões com benefícios para trabalhadores afastados por transtornos mentais, sendo que a média de duração dos afastamentos foi de três meses (Soares, 2025). Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas e ações preventivas dentro das organizações, voltadas à promoção da saúde mental e à criação de ambientes laborais saudáveis e acolhedores (Brasil, 2023).

3 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Segundo Rodrigues *et al.* (2021), o método quantitativo permite um olhar mais amplo sobre os fenômenos coletivos, avaliando-os com base em dados numéricos, sendo um estudo descritivo que visa retratar e classificar aspectos de uma população ou evento específico de forma objetiva, sem alterar ou distorcer a realidade.

Foram verificadas as notificações registradas relacionadas a transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas Gerais entre os anos de 2015 e 2024. Esse período justifica-se por abranger os dados mais recentes disponíveis na plataforma pesquisada.

Os dados utilizados foram extraídos do DATASUS, do Ministério da Saúde, especificamente da plataforma TABNET, que reúne notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho. As informações foram obtidas exclusivamente por meio da base de dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o que pode ser reafirmado no link a seguir: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/transmentalmg.def>.

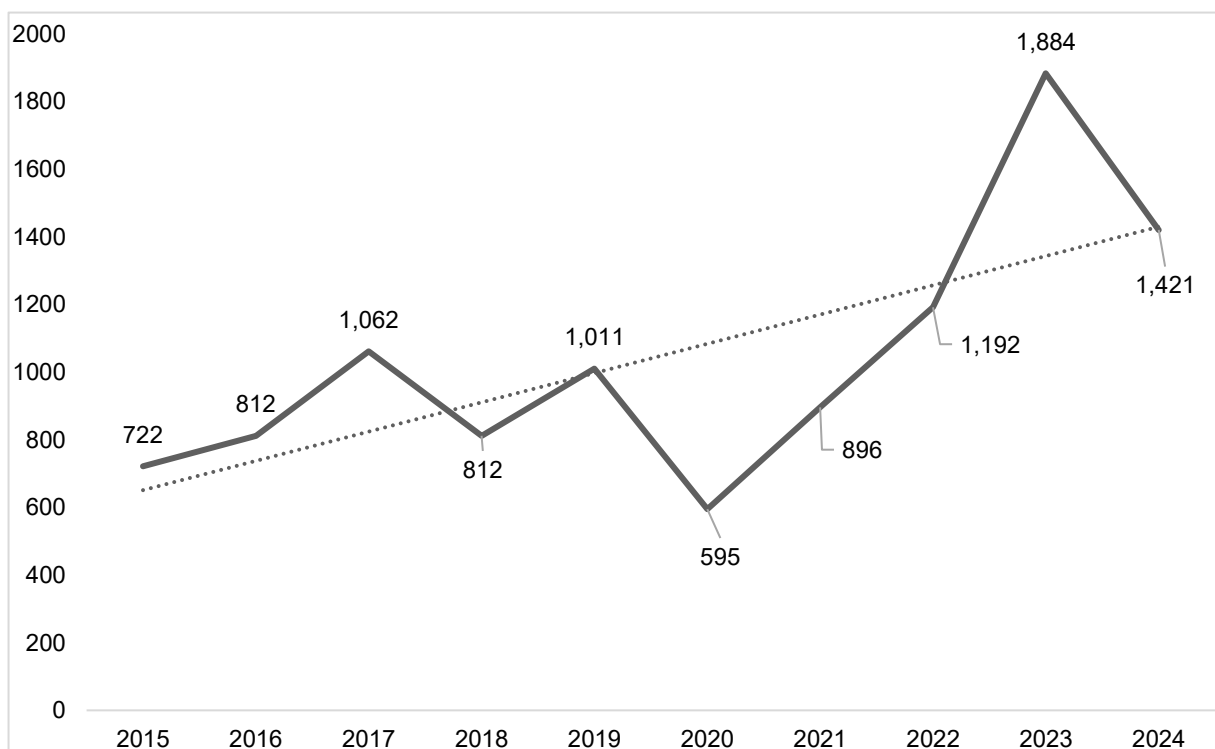
Os dados coletados foram organizados e processados em planilhas por meio do software Microsoft Excel, sendo analisados com o uso de técnicas de estatística descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram notificados 10.407 casos de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas entre 2015 e 2024. A Figura 1 mostra a evolução no número de notificações.

Figura 1 – Número de notificações de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e

transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas entre 2015 e 2024.



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 1 evidencia uma tendência de crescimento ao longo dos anos das notificações. Destaca-se o crescente número de casos entre os anos de 2021 e 2023, sendo que neste ano, observou-se o pico mais elevado de notificações em toda a série histórica.

O aumento das notificações de transtornos mentais a partir de 2021 pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o impacto prolongado da pandemia de Covid-19, que intensificou o estresse, a ansiedade e a depressão na população. Além disso, houve uma ampliação dos serviços de saúde mental e uma maior conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento desses transtornos, o que contribuiu para o aumento das notificações (Brasil, 2021). Essa elevação nas notificações pode ser resultado tanto de um maior número de casos quanto de um aumento na

capacidade de diagnóstico. A pandemia exacerbou fatores de risco para transtornos mentais, enquanto investimentos em saúde mental, como a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), melhoraram a detecção e o registro desses casos (Brasil, 2021).

Tendo em vista que, assim como destacado acima, a pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo na saúde mental da população. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), houve um aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo durante o primeiro ano da pandemia, devido ao isolamento social, medo de infecção, luto e dificuldades financeiras (OPAS, 2022).

A Tabela 1 abaixo apresenta os dados da evolução do número de notificações de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40-F48) no estado de Minas Gerais, no período de 2015 a 2024, assim como a variação percentual anual desses registros. Os dados mostram instabilidades em alguns períodos, com aumentos expressivos nos anos de 2017, 2021 e 2023 e quedas acentuadas em 2018, 2020 e 2024.

Tabela 1 – Número de notificações e coeficiente de variação entre os anos de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas Gerais entre 2015 e 2024.

Ano	N	Varição (%)
2015	722	-
2016	812	+12,46 %
2017	1062	+30,78%
2018	812	-23,56%
2019	1011	+24,51%
2020	595	-41,14%
2021	896	+50,59%
2022	1192	+33,26%
2023	1884	+58,03%
2024	1421	-24,59%
Total	10407	-

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam variações importantes no número de notificações de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes no estado de Minas Gerais entre 2015 e 2024.

Observa-se um crescimento expressivo em determinados anos, como 2021 (+50,59%) e 2023 (+58,03%), possivelmente relacionado ao impacto prolongado da pandemia de Covid-19 sobre a saúde mental da população.

Esse crescimento pode ser explicado pelos impactos da pandemia de Covid-19, que agravou fatores psicossociais como isolamento, medo da infecção, luto e sobrecarga laboral. Tais condições favoreceram o desenvolvimento de quadros de sofrimento mental, especialmente ansiedade e depressão, amplamente relatados entre trabalhadores. A maior visibilidade das questões de saúde mental no contexto da pandemia também pode ter contribuído para a intensificação dos diagnósticos e notificações formais dos casos (Fernandes *et al.*, 2023).

Dessa forma, o governo brasileiro implementou políticas públicas para enfrentar o aumento dos transtornos mentais, incluindo investimentos significativos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em 2021, foram investidos mais de R\$ 57 milhões em políticas públicas de saúde mental, com a habilitação de novos serviços e aumento do custeio de programas existentes (Brasil, 2021).

É essencial manter e ampliar o apoio em saúde mental para continuar investindo na expansão e qualificação dos serviços de saúde mental, promover campanhas de conscientização e implementar programas de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. A criação de departamentos específicos e a recomposição financeira dos serviços são passos importantes nessa direção. Portanto, as ações de prevenções podem incluir também a implementação de programas de promoção da saúde mental nos ambientes laborais, capacitação de gestores e profissionais para a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, além da ampliação do acesso a serviços de apoio psicológico e psiquiátrico. Políticas de valorização do trabalhador, melhoria das condições de trabalho e incentivo ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional também foram fortalecidas como estratégias para reduzir os impactos desses transtornos na população economicamente ativa (Brasil, 2021).

Por outro lado, o período também registrou quedas, destacando-se os anos de 2018 (-23,56%), 2020 (-41,14%) e 2024 (-24,59%). Essas reduções podem refletir desde subnotificações até limitações no acesso aos serviços de saúde mental, especialmente em 2020, ano crítico da pandemia, quando muitos atendimentos foram interrompidos ou redirecionados para demandas emergenciais (Brant, 2016).

Segundo Soares (2025), a evolução das notificações de afastamento por transtornos mentais relacionados ao estresse no trabalho entre 2020 e 2024 revela um cenário preocupante para a saúde mental dos trabalhadores no Brasil. Esse período foi marcado por um aumento expressivo dos afastamentos, impulsionado por fatores como a pandemia de Covid-19, mudanças nas dinâmicas laborais e pressões socioeconômicas. Em 2024, o Brasil registrou um recorde de 472.328 afastamentos do trabalho por transtornos mentais, representando um aumento de 68% em relação ao ano anterior. O crescimento desses afastamentos está diretamente associado aos efeitos da pandemia, como luto, isolamento social, insegurança financeira e sobrecarga de trabalho.

Estudos apontam que diversos fatores psicossociais no ambiente de trabalho exercem influência significativa sobre a saúde mental dos trabalhadores. Entre esses fatores, destacam-se as condições de trabalho como a qualidade do ambiente físico, a disponibilidade de equipamentos adequados, o grau de autonomia, a possibilidade de participação nas decisões, o relacionamento interpessoal, a presença de uma cultura organizacional de suporte, além de aspectos individuais, como a percepção do valor social do trabalho, as oportunidades de desenvolvimento profissional e o sentido atribuído à atividade laboral (Silva; Tolfo, 2022).

Essas oscilações reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde mental e da estruturação de um sistema de vigilância mais rigoroso, capaz de captar de forma contínua e confiável os casos relacionados aos transtornos mentais. Além disso, os dados sugerem que crises sanitárias e contextos sociais críticos podem impactar diretamente os registros e, possivelmente, a prevalência desses transtornos na população.

Diante dessa perspectiva, torna-se fundamental a estruturação de cuidados psicossociais eficazes no ambiente ocupacional, com base nos dados apresentados, bem como na observação dos direitos garantidos pela legislação trabalhista brasileira. A melhoria das condições laborais contribui diretamente para a prevenção do adoecimento mental, ao evitar que o trabalho se torne um fator desencadeante de sofrimento psíquico. Nesse contexto, a prevenção de exposições adversas no ambiente de trabalho revela-se uma medida urgente, além de representar um passo importante na mitigação das demandas físicas e psicossociais enfrentadas pelos trabalhadores (Freitas *et al.*, 2021).

Os dados evidenciados na tabela reforçam a urgência de ações voltadas à saúde mental no contexto laboral, sobretudo diante do crescimento expressivo de notificações em determinados anos. A discussão sobre a manutenção e ampliação do apoio psicológico aos trabalhadores torna-se central, uma vez que ambientes de trabalho inadequados somados a pressões cotidianas, podem ser fatores determinantes no adoecimento psíquico.

Diante do aumento das notificações de transtornos mentais e comportamentais ao longo dos anos, torna-se essencial a implementação de estratégias efetivas para manter e ampliar o apoio em saúde mental voltado aos trabalhadores. Para evitar que esses números sigam essa tendência de crescimento, é necessário investir em políticas públicas que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis, com ênfase na prevenção, detecção precoce e acolhimento dos casos. A criação de programas institucionais de apoio psicológico, a capacitação de gestores para o manejo adequado de situações relacionadas ao sofrimento psíquico, bem como a garantia de acesso facilitado a serviços especializados são medidas fundamentais (Rocha, 2023).

É possível considerar que os aumentos observados no número de notificações ao longo dos anos refletem não apenas um crescimento real no número de casos de transtornos mentais e comportamentais, mas também uma ampliação na capacidade de diagnóstico e registro por parte dos serviços de saúde. A elevação nos anos de 2017, 2021 e 2023 pode estar ligada tanto ao agravamento das condições psicossociais, sobretudo em contextos de crise como a pandemia, quanto a uma maior conscientização das instituições e profissionais para a identificação e notificação desses transtornos. Contudo, os dados sugerem uma combinação de ambos os fatores: mais casos reais e um aumento na identificação e realização dos diagnósticos.

Portanto, os dados sugerem que o crescimento nas notificações reflete tanto um aumento real nos casos de transtornos mentais quanto avanços na detecção e formalização dos diagnósticos. Destaca-se também a necessidade contínua de políticas públicas que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis e a integração efetiva entre as políticas de saúde do trabalhador e de saúde mental (Brant, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, foi possível observar que os transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho, em especial aqueles classificados entre o (CID-10 F40-F48), apresentaram variações significativas ao longo dos anos, com destaque para o aumento expressivo no período pós-pandêmico em Minas Gerais. Os dados obtidos reforçam o impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental dos trabalhadores e evidenciam a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e promoção do cuidado psicossocial.

O estudo destaca ainda a importância da atuação interdisciplinar, sobretudo da Psicologia no contexto organizacional, como estratégia essencial para o enfrentamento dos fatores psicossociais associados ao adoecimento mental. O tempo analisado entre 2015 e 2024 aponta para a urgência de fortalecer ações institucionais que promovam ambientes laborais mais humanizados e saudáveis. Espera-se, portanto, que os resultados apresentados sirvam de base para o desenvolvimento de novas estratégias de cuidado em saúde mental no trabalho, contribuindo para uma cultura organizacional mais empática, inclusiva e comprometida com o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, A. R.; CHEADE, M. F. M.; SANTI, D. B. Absenteísmo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 100–109, 2018. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v16n1a11.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Transtornos mentais e adoecimento no ambiente de trabalho: como enfrentar?** Brasília: CNS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar>. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde investiu mais de R\$ 57 milhões em políticas públicas de Saúde Mental no ano de 2021. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/dezembro/ministerio-da-saude-investiu-mais-de-r-57-milhoes-em-politicas-publicas-de-saude-mental-no-ano-de-2021>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRANT, José Moreira; MENEZES, Paulo Ricardo. Transtornos mentais relacionados ao trabalho: desafios para a vigilância em saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 645–657, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Yh6T8zjCBZR4VhZVL3KzHNt>. Acesso em: 14 maio 2025.

BRITO, A. F. S.; RIMES, T. S. Análise dos transtornos mentais relacionados ao trabalho. **Cadernos ESP**, Fortaleza, v. 18, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54620/cadesp.v18i1.1830>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARDOSO, M. A. C. B., & ARAÚJO, T. M. Os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador e as ações em saúde mental: um inquérito no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s. l.], 41, e7, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/8Bs9cytR3gzdHcrGMb98Nyt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2025.

COSTA, V. S.; LOURENÇO, L. G.; NOBRE, L. L.; GUIMARÃES, M. do C. L.; LOURENÇO, R. A.; LIMA-COSTA, M. F. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 735–744, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/scrmsyPfcnkCQhSdX3H9S3r>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FERNANDES, T. F.; RAMOS, V. O.; CÂNDIDO, E. O.; MENDES, K. L. da S. Condições de trabalho e saúde mental de agentes comunitários de saúde na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 28, n. 10, p. 2931–2940, 2023. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2023.v28n10/2931-2940/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FREITAS, P. P. de; LOPES, M. S.; ASSUNÇÃO, A. Á.; LOPES, A. C. S. Saúde e trabalho no Brasil: demandas físicas e psicossociais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pTCPRHzhjPST9WzRphkpXYk/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 24 abr. 2025.

LEÃO, L. E. C.; SOUSA, K. C. O.; MACÊDO, F. F.; LIMA, S. A. S.; RÊGO, R. M. S.; SOUSA, C. F. A. Afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos federais no Tocantins. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 132, p. 156–169, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/WMrVjmdcGFZf5LDrVRhTMFz/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MENESES, Bárbara Letícia Almeida. **Nova NR-1 e o Impacto Multinível das Exigências Legais sobre Saúde Mental nas Empresas Brasileiras: Da Conformidade à Cultura de Cuidado**. **Journal of Convergent Scientific Inquiry (ISSN 3085-8356)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 34–48, 2024. Disponível em: <https://jcsi.ufrdj.com/index.php/jcsi/article/view/8>. Acesso em: 5 jul. 2025.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19**

desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diretrizes sobre saúde mental no trabalho.** Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/363177/9789240053052-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 abr. de 2025.

PIMENTA, N. M.; SCREPANTI, R. R.; OLIVEIRA, R. S. S.; SILVEIRA, R. W.; MINASSE, C. Y. Transtornos mentais relacionados ao trabalho entre 2018 e 2023 em Minas Gerais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Saúde e Reavaliação**, [s. l.], v. 7, n. 9, p. e75953, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75953/52884>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ROCHA, R. A. P.; SEVERIANO, L. L.; SILVA, P. N. Análise das políticas de saúde do trabalhador e saúde mental: uma proposta de articulação. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 449–463, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QTS7hML3vsnbNyhNtSYfWCG/>. Acesso em: 14 maio 2025.

RODRIGUES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154–174, 2021. Disponível em: <https://www.emnuvens.com.br/revistaprisma/article/view/2>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SINDFESP - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar da saúde mental.** 2024. Disponível em: <https://www.sindfesp.org.br/noticia/005/2024/05/28/em-media-215-servidores-publicos-se-afastam-todos-os-anos-para-cuidar-da-saude-mental-/602.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SHIMAOKA, A. M.; SANTOS, R. A.; PEREIRA, C. F.; CASTRO, A. C.; LIMA, E. H. **Ansiedade no trabalho em tempos de mudança: tendências e perfis durante e pós-pandemia no estado de São Paulo 2020-2023.** SciELO Preprints, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11019>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, J. S.; FISCHER, F. M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 735-744, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500040005>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, J. S.; OLIVEIRA, M. V.; LIMA, R. C.; MARTINS, E. A. Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, e03614, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/vxYwNTZwvpWTf6ZFM9RnY3k/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, M. G.; TOLFO, S. R. Processos psicossociais, saúde mental e trabalho em um instituto federal de educação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 74, e13, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/6RmYJyXghD4xfdjfN3dsc7C/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA, M. M.; CAVEIÃO, C. Análise dos afastamentos de saúde dos trabalhadores de ensino de Divinópolis – MG. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 10, n. 5, p. 138–156, 2016. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/articloe/view/562?articlesBySameAuthorPage=2>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SOARES, G. **Brasil enfrenta crise de saúde mental com mais de 472 mil afastamentos em 2024**. Jornal Opção, Goiânia, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/brasil-enfrenta-crise-de-saude-mental-com-mais-de-472-mil-afastamentos-em-2024-687203>. Acesso em: 14 abr. 2025.